

Casa da Moeda

Marco Botelho

I

Quando aceitámos a incumbência de fazer uma reportagem para a presente edição da "Revista do Serviço Público", não tínhamos ainda escolhido a repartição que deveria servir de alvo às nossas observações. Depois de algumas considerações preliminares, nossa preferência se inclinou para a Casa da Moeda, por dois motivos essenciais: o primeiro, por se tratar de uma das mais antigas e conceituadas repartições industriais do Estado, e o segundo, de carácter estritamente pessoal, por estar à sua frente, no presente momento, o eng. Filinto Epitácio Maia, cuja capacidade de trabalho se tem firmado noutros setores de atividades, inclusive no DASP, elemento que é da carreira de Técnico de Administração.

Longe estávamos de supôr, porém, fôsse a tarefa, ao mesmo tempo tão atraente e difícil. Se o Estado, na expressão de Hobbes, é um moderno Leviatã, a Casa da Moeda é uma perfeita miniatura dêsse gigante bíblico, tal a complexidade de suas atribuições e a importância que desempenha em todos os âmbitos da vida nacional.

Sentimos, ao primeiro contacto, ser uma equação quase insolúvel, conseguir determinar a olho nú, em linguagem corrente, todos os ângulos do campo de atividades dessa enorme empresa oficial, cujo renome há muito transpôs as fronteiras nacionais, pelo incontestável valor de sua equipe de técnicos.

Estávamos diante de um mundo novo. Um estranho mundo, onde o trabalho corre paralelamente ao patriotismo e à fé. Em verdade, não sabíamos por onde começar. Tudo ali é interessante e digno da mais ampla divulgação. Foi então que recorremos à orientação do próprio Diretor. Somente êle poderia traçar o roteiro da nossa peregrinação através dos corredores daquele edifício de linhas antigas, construído ainda no século XIX.

O dr. Filinto Epitácio Maia, depois de conhecer minudentemente o objetivo de nossa visita, mandou vir ao gabinete o prof. Tasso da Silveira, antigo funcionário da Casa, o homem que detém os segredos essenciais da história do estabelecimento, pois se vem dedicando à ingente tarefa de ler (quando é possível) todo o documentário registado em mais de duas dezenas de grossos livros, já marcados pelo tempo.

O dr. Tasso da Silveira gentilmente protificou-se a iniciar-nos no estudo da história da Casa da Moeda. E demos mãos à obra, pois era longo o caminho que haveríamos de percorrer, se desejássemos dar aos leitores desta Revista uma síntese dos principais fatos referentes à existência da Casa da Moeda.

A nossa conferência com aquêle funcionário durou algumas horas. De tudo o que vimos e anotámos, conseguimos fixar a seguinte:

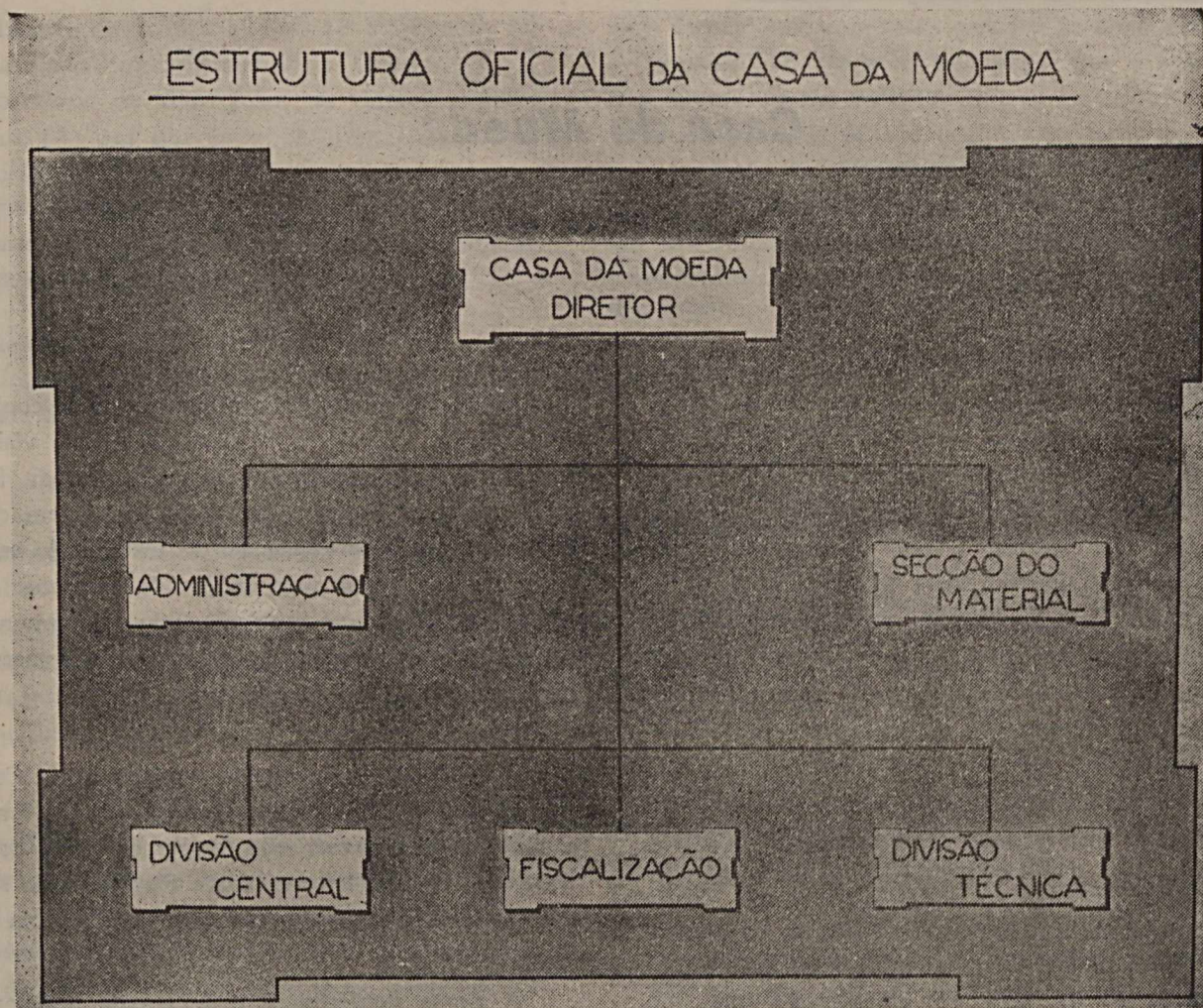
RESENHA HISTÓRICA

A Casa da Moeda se inclui entre as repartições mais antigas do país. A sua fundação data de 1694, quando foi instituída, na Baía, por lei de D. Pedro II, de Portugal. Regia-se, inicialmente, pelo regulamento das Casas de Moedas da Metrópole.

Seis anos antes de findar o século XVII, já possuía, pois, a Colônia, a sua primeira oficina de laminar e cunhar moedas.

Pode-se considerar o período que vai da fundação até março de 1699, como a fase inicial das atividades da Casa da Moeda no país. Nessa data foi ela transferida para o Rio de Janeiro, por força de Carta Régia de 1698.

E' fácil imaginar-se o transtórno que representaria uma tal mudança. Naquele tempo, os meios de transportes eram difficilissimos, de modo



Estrutura da Casa da Moeda de conformidade com o Regimento em vigor

que transferir uma repartição que já dispunha de algum aparelhamento, embora improvisado, quase correspondia a extingui-la num lugar para criá-la noutro. Pouca coisa, talvez, poder-se-ia aproveitar na mudança.

Para se comprovar a promissora situação da Casa da Moeda, enquanto permaneceu na Baía, basta lembrar que ali se cunharam moedas de ouro do valor de 4, 2, e 1 mil réis, e de prata, de 640, 320, 160, 80, 40 e 20 réis. O valor total atingiu 921:022\$140, sendo 102:070\$ em ouro e 818:952\$140 em prata. Um notável índice de produção, sem dúvida. E numa época em que tudo era difícil, neste imenso paraíso terrestre.

Essas moedas denominavam-se “coloniais” por serem produzidas e só poderem circular na Colônia. Essa proibição de certo modo foi benéfica ao país, pois possibilitava maior circulação

da moeda colonial, que assim influiu decisivamente no desenvolvimento econômico do Brasil.

No Rio de Janeiro, a primeira sede da Casa da Moeda foi no edifício da Junta do Comércio. Onde ficava exatamente esse edifício? Bem, isso é problema para quem se interessar pela história das ruas e praças desta bela capital. Provavelmente estaria ali pela cidade velha, talvez na rua da Alfândega...

No Rio permaneceu a Casa até 1700, menos de dois anos, portanto, sendo então, mandada funcionar em Pernambuco. Nesse período cunharam-se moedas de ouro no valor de 4,2 e 1 mil réis e de prata, no valor de 340, 320 160 e 80 réis, no montante de 868:339\$580, sendo 612:644\$640 em ouro e 255:694\$940 em prata.

Estava, pois, traçado o destino da Casa da Moeda. Onde quer que estivesse seria uma oficina

de trabalho a serviço do Brasil. Lutando, embora, com uma série de contratempos facilmente imagináveis, conseguia atingir uma produção notável, pela qualidade e quantidade.

Isso fazia aumentar a pressão sobre o controle da moeda colonial, cuja circulação era vedada em Portugal. Essa proibição talvez já refletisse um leve anseio de independência de um povo que aos poucos adquiria a consciência do próprio valor.

Em Pernambuco, a Casa da Moeda funcionou de fins de 1700 a princípios de 1702, tendo sido cunhadas, nesse período, moedas de ouro de 4 mil réis e de prata em diferentes valores, na soma total de 436:491\$260. Por Carta Régia de 31-1-1702, foi mais uma vez transferida para o Rio, já então com a proibição explícita de fazer a moeda provincial. Dizia textualmente a mencionada carta :

“Sòmente cunhar a moedagem de ouro corrente no Reino, e não mais a provincial, como já havia feito antes e durante a permanência na Baía e no Recife”.

Tudo indica que a Casa da Moeda foi, se não o principal, pelo menos um dos mais importantes “centros de interesse” da História pátria, desde a sua fundação à Independência.

Não havia acontecimento político ou social que não estivesse, de qualquer modo, direta ou indiretamente, relacionado à Casa da Moeda. E' que, instituída num período em que inexistia a unidade cívica da nação, habituou-se aquela repartição a agir no sentido do interesse da Colônia, o que de certa maneira justifica a atuação singular que desempenhou nos momentos mais delicados por que passou o Brasil antes de proclamar a sua independência política.

Logo no comêço do século XVIII teve de se empenhar decisivamente no resgate da cidade. Os franceses haviam se apossado da cidade e exigiam uma apreciável soma em dinheiro e valores para deixar o pôrto e zarpar para o velho mundo. Os cofres oficiais não comportavam a despesa. A situação era crítica. Os patriotas sentiam-se aniquilados sob o pêso de tremenda ameaça. Não havia

a mínima possibilidade de uma represália armada para expulsar o invasor que, dia a dia, mais se assenhoreava da situação. Urgia uma providência, uma iniciativa, um movimento qualquer no sentido de obter a importância necessária para o resgate, sem o que seriam baldados todos os esforços de libertação.

No meio da maior confusão brilhou uma luz. Assumia a Casa da Moeda a responsabilidade de



Nossa Senhora de Santana, bronze feito nas oficinas da Casa

promover uma lista de donativos entre as pessoas mais afortunadas, as associações e instituições de caridade, inscrevendo-se, para dar exemplo, entre os contribuintes. Não se tratava pròpriamente de doação, mas de empréstimo. A importância de cada contribuinte seria restituída, reservando-se o Governo, para isso, o direito de lançar e aumentar impostos. Isso, porém, não diminui a nobreza do gesto de todos os que atenderam, de boamente, ao apêlo patriótico da Casa da Moeda.

Após um trabalho insano, uma luta de vida e de morte, em que todos se empenhavam com verdadeira emoção cívica, encerrou a Casa a arrecadação, verificando-se que a soma obtida ultrapassava aquela exigida pelo invasor. A parcela correspondente à Casa, segundo consta dos registros, foi a maior: 110:077\$600. Esta quantia foi paga nas seguintes espécies:

12:650\$000 em dinheiro;
204 marcos em moeda de ouro por cunhar;
7 arrobas, dez libras e 48 oitavas em barras de ouro "ligadas em liga"; e
mais uma borracha de ouro em pó com 4.306 oitavas.

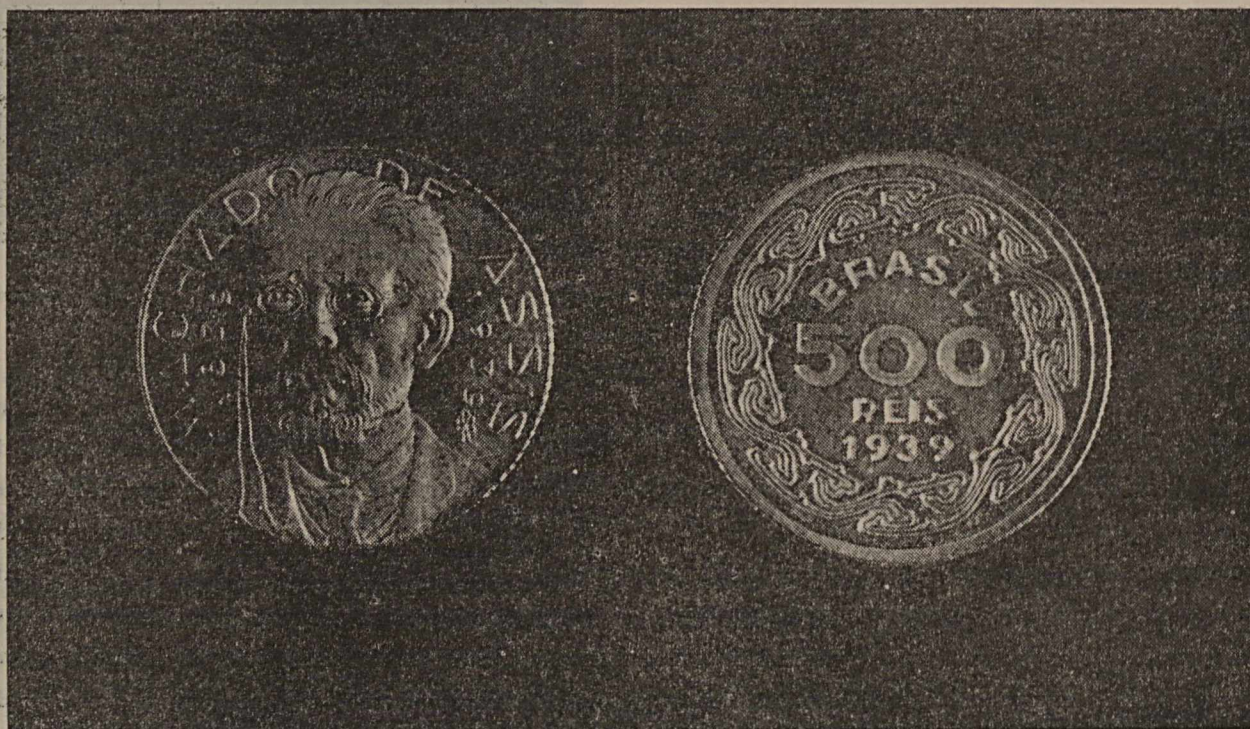
Soma apreciável, verdadeira fortuna naquela época. Mas valia o sacrifício. Tratava-se de libertar a Colônia do jugo francês. Se não houvesse sido promovido esse movimento, ninguém poderia saber o rumo que tomaria o futuro do país, fonte de riquezas incalculáveis, por isso mesmo alvo da cobiça de quase todo o mundo. Promovendo, idealizando, animando e dirigindo a arrecadação para

o resgate do Rio de Janeiro, à Casa da Moeda cabe muito justamente a glória de haver realizado a primeira grande campanha de salvação nacional, acontecimento de caráter patriótico que mais tarde influiria, de modo decisivo, na conduta política da nação.

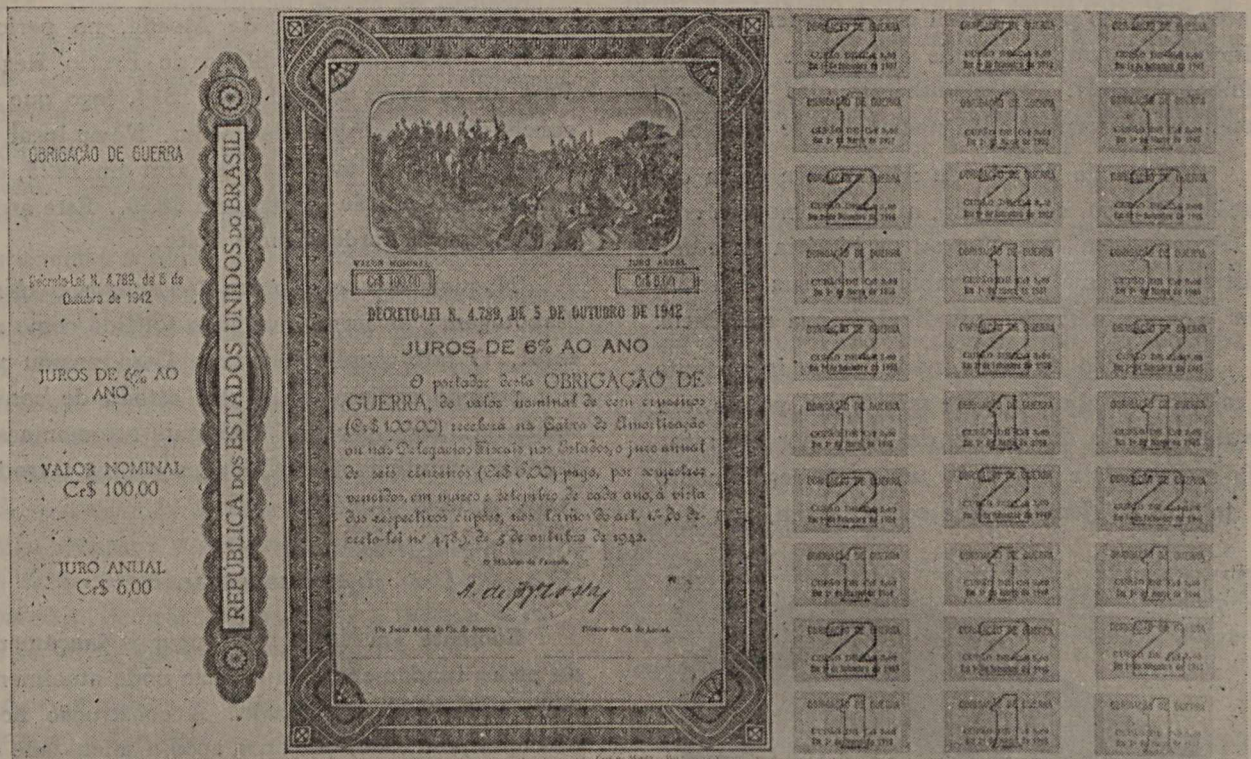
Subscrevendo quase 50% do preço total do resgate, a Casa da Moeda deu um relevante exemplo de desprendimento. Demonstrava concretamente o firme propósito de ver a cidade livre do invasor.

Interessante é que os nossos compêndios de História jamais mencionaram, com tintas vivas, o papel desempenhado por aquela repartição durante o período da invasão. Fomos encontrar, num dos seus livros de registro, exatamente o de n.º 1, já antarelecido pelo tempo, o precioso documento que a seguir publicamos, e que relaciona todas as pessoas e instituições que contribuíram espontaneamente para esse grande movimento promovido para libertar a cidade.

Esse documento, pela sua importância cívica e moral, representa um marco fundamental da



Moeda comemorativa do centenário de Machado de Assis.



Uma apólice de obrigação de guerra, trabalho gráfico da C. M.

nossa História, e merece, por isso, ser divulgado. Aí está na íntegra :

“Satisfeça a importancia dos seiscentos e dez mil cruzados, porque esta cidade foi resgatada do poder do Francês, concorrendo com as quantias seguintes :

Concorreo a Fazenda Real com a quantia de	67.697\$340
Concorreo a Casa da Moeda com a quantia de	110.077\$600
Concorreo o Cofre da Bulla da Cruzada com a quantia de	3.484\$660
Concorreo o Cofre dos Orphãos com a quantia de	9.733\$220
Concorreo o Cofre dos Defuntos e Ausentes com a quantia de	6.372\$880
Concorreo Francisco de Castro Moraes com a quantia de	10.387\$820
Concorreo Lourenço Antunes Viana com a quantia de	6.784\$320
Concorreo Francisco de Sexas da Fonseca com a quantia de	10.616\$440
Concorreo o Capitan Roddrigo de Freytas com a quantia de	1.166\$980
Concorreo Braz Fernandez Rola com a quantia de	6.062\$080
Concorreo Paulo Pinto com a quantia de	3.031\$040
Concorreo o Prior de Sam Bento com a quantia de	1.575\$680
Concorreo Francisco Antonio da Rocha com a quantia de	1.356\$000

Concorreu Christovão Rodrigues com a quantia de	1.643\$200
Concorreo Antonio Francisco Lustosa com a quantia de	859\$600
Concorreo Thomé Teixeira de Carvalho com a quantia de	785\$600
Concorrerão os P.P. ^{os} da Companhia com a quantia de	4.866\$000
	246.500\$460”

Continuando a resenha histórica a que acrescentámos o documento acima transcrito, vamos encontrar, em 1714, a Carta Régia de 24 de março, em que D. João V, então rei de Portugal, mandou reabrir a antiga Casa da Moeda da Baía, que funcionaria simultaneamente com a do Rio. Mais uma Casa semelhante foi criada seis anos mais tarde em Minas Gerais (provavelmente em Vila Rica), pela Carta Régia de 22 de março de 1720! A Colônia ficava, desse modo, servida por nada menos de três casas com idêntico objetivo, todas regidas pelo regulamento dos estabelecimentos congêneres da Corte.

Numa época em que tudo eram sonhos e perspectivas, em que lentamente se cristalizava a uni-

dade cívica do povo, é fácil compreender a importância e o prestígio de tais oficinas de laminar e cunhar moedas. Desempenharam elas um papel essencial na formação da nacionalidade brasileira.

A Casa da Moeda de Minas teve curta duração. Chegou, no entanto, a cunhar moedas com a lei de 22 quilates. Deixou na história da administração colonial, sem embargo de sua deficiência técnica, a marca iniludível de sua existência.

Até março de 1834, nada há de importante a referir. No dia 13 desse mês e ano, porém, era extinta a Casa da Moeda da Baía, por Decreto. Na mesma data era dado um novo regulamento à do Rio de Janeiro, que sofria, assim, sua pri-



Placas de grande valor artístico, confeccionadas na Casa da Moeda

meira reforma. Libertava-se o estabelecimento do regulamento das Casas de Portugal, o qual datava de 1686, assim como se libertara o país da tutela política da Côrte.

Termina aqui, a fase colonial da Casa da Moeda. Somente com a extinção da da Baía e com a aprovação do regulamento para a do Rio, o país pôde tomar pé no problema da moeda nacional. Daí em diante a Casa tenderia a crescer, a ampliar as suas atividades, a aumentar os seus encargos. Uma nova fase de vida, cheia de pesadas responsabilidades, veria testar a sua eficiência administrativa e técnica.

Funcionava a Casa da Moeda, no período da independência, no edifício do Erário Régio. Para ali se havia mudado em 1814, logo que foi concluída a construção do prédio. Nesse local sofreu dois tremendos incêndios. Um em 1825, originado na Fundição. Outro, em 1836. Este ardeu de 4 horas da tarde à meia noite.

Naquele tempo não era tão vulgar o termo "sabotagem", de forma que tudo foi tido como natural. O fato, porém, é que a Casa passou por um período crítico, verdadeiro estado de convalescência. Mas, por fim, conseguiu retomar a sua marcha evolutiva. O seu destino estava traçado. Nada poderia alterá-lo.

O PRÉDIO ATUAL

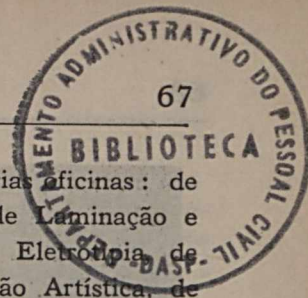
Somente em 1858 teve lugar o lançamento da pedra fundamental do edifício onde atualmente funciona a Casa da Moeda. A construção ficou concluída em 1868, dez anos após a solenidade do lançamento. Coube ao Visconde de Itaboraí, na qualidade de Ministro da Fazenda, apresentar à Assembléia Legislativa o plano e orçamento da obra, que custou dois mil contos de réis.

Ultimada a obra, transferiu-se a Casa para a sua sede própria, para dali não mais sair. Está situada na Praça da República, antigo Campo da Aclamação, depois Campo de Santana. O edifício não aparenta luxo nenhum, mas é confortável e resistente. Parece destinado a uma duração indefinida. Com o correr do tempo foi se adaptando às exigências do desenvolvimento da repartição, já sendo reduzidas as suas dimensões para comportar todos os setores em que se divide.

* * *

DOS REGULAMENTOS DA CASA DA MOEDA

A Casa da Moeda tem tido diversos regulamentos. Inicialmente obedecia ao das casas congêneres do Reino. Por ocasião da extinção da Casa da Baía foi aprovado, por decreto, o de 1834. Quarenta anos depois sofria uma terceira reforma. Nessa oportunidade o título de provedor foi substituído pela atual denominação de diretor. O quarto regimento foi aprovado pelo Decreto Executivo n.º 5.169, no ano de 1904. Sete anos mais e era aprovado o quinto, pelo Decreto n.º 9.226,



de 1911. Esse regimento já estava se tornando tradicional, apesar de suas inúmeras imperfeições, quando, após a revolução de trinta, as autoridades consideraram o enorme desajustamento entre os seus dispositivos e a situação real daquele estabelecimento. Processados os necessários estudos, foi baixado o Decreto n.º 22.269, de 28-12- de 1932, que assinalava a sexta grande transformação por que passava a Casa no decorrer de sua longa trajetória de inestimáveis serviços prestados ao Brasil. Esse regimento, porém, não foi feito para acompanhar o desenvolvimento extraordinário dos processos científicos e industriais introduzidos nos diferentes ramos de atividades da Casa da Moeda. Já não corresponde à realidade. Consigna, ainda, a antiga estrutura do estabelecimento, com o Diretor, as Seções de Administração e do Material, as Divisões Central e Técnica e a Fiscalização, como se vê no gráfico número 1.

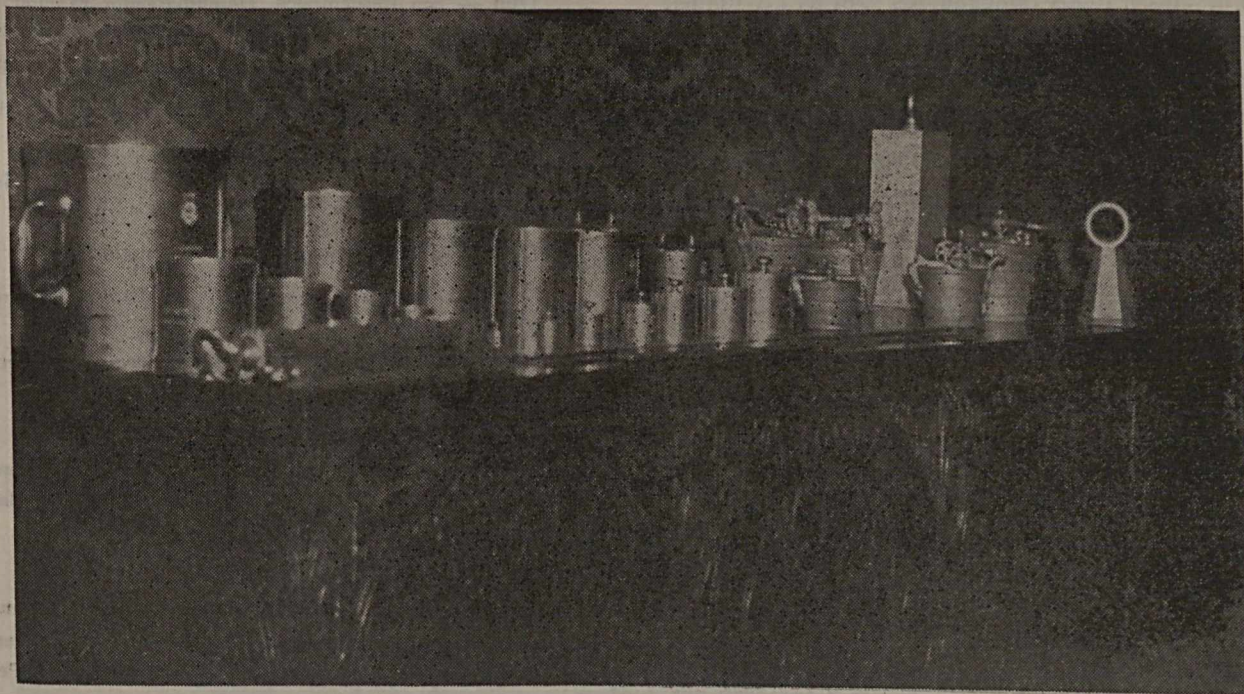
A Administração subdividida em Diretoria, Secretaria e Contadoria; a Divisão Central em Tesouraria da Moeda, Tesouraria do Sêlo, Biblioteca e Museu, Almoxarifado, Arquivo e Portaria; a Fiscalização em Laboratório Químico, Seção Fiscal da Cunhagem, Seção Fiscal da Impressão, Seção Fiscal da Mineração, Cofre de Cunhos e Galvanos, Gabinete de Perícias e Ambulatório Mé-

dico; e a Divisão Técnica em várias oficinas: de Gravura, de Ligas Monetárias, de Laminação e Cunhagem, de Galvanoplastia e Eletrotipia, de Impressão, Mecânica, de Fundição Artística, de Eletricidade e de Obras e Reparos. Incluem-se entre os órgãos da Divisão Técnica, as Escolas.

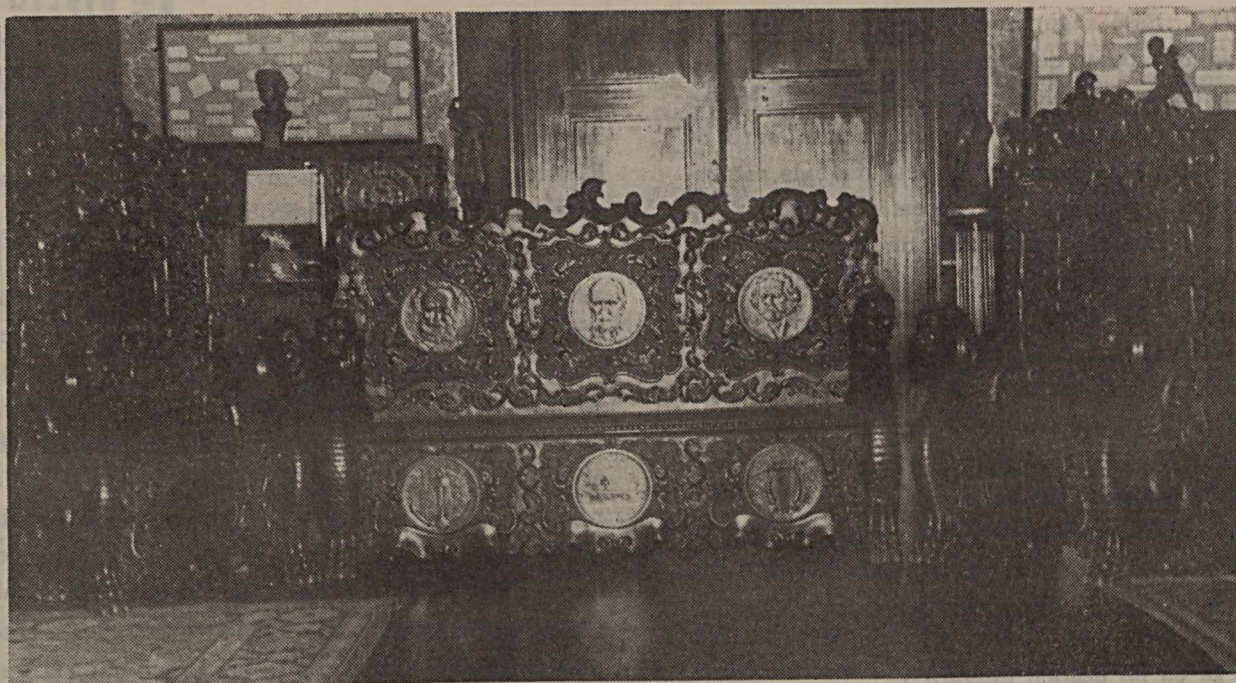
Essa estrutura, porém, já não corresponde à realidade. O gráfico número 2 (capa) mostra as diferentes seções, oficinas e serviços que, em verdade constituem o campo de ação da Casa da Moeda. Para observar a diferença existente entre as duas estruturas basta compará-las. A fim de obviar o inconveniente dessa disparidade entre o regimento e a realidade, o Diretor da Casa da Moeda, engenheiro Filinto Epitácio Maia, por determinação do Diretor Geral da Fazenda Nacional, já iniciou os estudos relativos ao sétimo regimento que deverá ser dado, dentro em breve, àquela instituição.

CURIOSIDADES DE UM DOCUMENTÁRIO INEXPLORADO

Os dados históricos acima referidos, nos foram cedidos por gentileza do prof. Tasso da Silveira, que vem dedicando grande parte do seu tempo ao estudo e interpretação dos livros de registo da Casa, incumbido, como se encontra, de planejar e



Mostruário das unidades padrões — pesos e medidas — existentes na Casa da Moeda. O metro de platina iridiada (unidade primária) faz parte das unidades padrões da Casa



Detalhe da mobília existente na C.M. e fabricada nas suas oficinas, alusiva às moedas postas em circulação.

redigir uma história da Casa da Moeda. Os primeiros capítulos da História deverão ser divulgados através da revista "Casa da Moeda", a circular dentro em breve. Trata-se de uma publicação lider, no gênero, a primeira que se edita pelos centros culturais da repartição, e deverá conter os mais variados assuntos, todos relacionados com as atividades do mencionado estabelecimento, tais como arte, ciência, filatelia, numismática, artes plásticas e técnica das indústrias aplicadas na Casa.

Atendendo ao objetivo desta reportagem, o prof. Tasso da Silveira concordou em nos ceder a minuciosa relação que a seguir publicamos, de todos os provedores e diretores da Casa da Moeda, desde a sua primitiva instalação no Rio de Janeiro aos dias atuais. Trata-se de um documento preciosíssimo e que é divulgado pela primeira vez no Brasil. E' a seguinte a relação, em ordem cronológica, dos

ADMINISTRADORES DA CASA DA MOEDA, DESDE A FUNDAÇÃO ATÉ O PRESENTE

Nota: De comêço, a Casa era administrada por um Superintendente (o Ouvidor Geral, em regra) e um Juiz Provedor. No primeiro quartel do século XVIII desaparece o Superintendente, ficando apenas o Provedor, que mais tarde passou a se chamar Diretor. Os Superintendentes foram:

1694 — Casa da Moeda na Baía — Dr. João da Rocha Pita, chanceler da Relação do Brasil.

1698 — Casa da Moeda no Rio — Desembargador Miguel Siqueira de Castelo Branco.

1699 — Casa da Moeda em Pernambuco — Desembargador Manuel da Costa Pinheiro, que nesse ano acumulou os cargos de Superintendente e Provedor.

1700 — Em Pernambuco, Desembargador Manuel da Costa Ribeiro. Depois: Dr. Inácio de Moraes Sarmiento.

1701 — Em Pernambuco. Dr. João Guedes de Sá.

1702 — Casa da Moeda no Rio. Desembargador Joseph de Siqueira.

1713 — Luís Forte Bustamante e Saá. Depois: Dr. Vital Casado Rotier.

1715 — Dr. Fernando Pereira de Vasconcelos.

1722 — Desembargador Antônio de Sousa de Abreu Grade.

Segue a relação completa dos Provedores e Diretores da Casa da Moeda, desde a fundação até o presente.

1694 — 1699

Juiz Provedor — Joseph Ribeiro Rangel, nomeado por carta régia de 22-3-1694 — Casa da Moeda na Baía e depois no Rio.

1699 — 1700

Superintendente e Juiz Provedor — Dr. Manuel da Costa Ribeiro, Ouvidor Geral de Pernambuco, nomeado por carta régia de 2-12-1699. Casa da Moeda em Pernambuco.

1700 — 1721

Juiz Provedor — Manuel de Sousa, designado por carta de Dom João de Lancastro, de 23 de Agosto de 1700. C.M. no Rio.

1721 — 1723

Provedor — Francisco da Silva Teixeira, escrivão da Receita, que recebeu a Casa em 15 de outubro de 1721 por ter sido aposentado Manuel de Sousa por alvará de 14 de janeiro do mesmo ano.

1723 — 1726

Provedor interino — Manuel de Moura Brito (escrivão da Receita e Despesa), que recebeu a Casa em 18-2-1723, por ter de seguir para as Minas Francisco da Silva Teixeira.

1726 — 1749

Provedor efetivo — João da Costa e Matos, nomeado por provisão real de 25-9-1725. Posse a 24-4-1726.

1750 — 1811

Provedor — José da Costa e Matos, nomeado por carta régia de 31 de outubro de 1749, posse a 10 de fevereiro de 1750, recebendo o cargo das mãos do escrivão da receita e despesa Manuel de Moura Brito.

1811 — 1816

Provedor — João da Costa Matos, provido no ofício por Provisão Real de 3 de janeiro de 1811 para substituir o pai nos impedimentos. Por falecimento do Pai, passou a ocupar o cargo efetivamente até morrer.

1816 — 1826

Provedor — José Maria da Fonseca Costa — (escrivão da Receita e Despesa), nomeado por alvará de 9 de novembro de 1816, por falecimento de João da Costa e Matos. Aposentou-se em fins de 1827.

1826 — 1827

De 12 de setembro de 1826 a 6 de abril de 1827, por estar licenciado o Provedor José Maria da Fonseca Costa, exerceu o cargo o escrivão da Receita e Despesa Joaquim de Moura Teles.

1827 — 1830

Provedor — Dr. João da Silveira Caldeira, nomeado por alvará de 18 de dezembro de 1827.

1830 — 1831

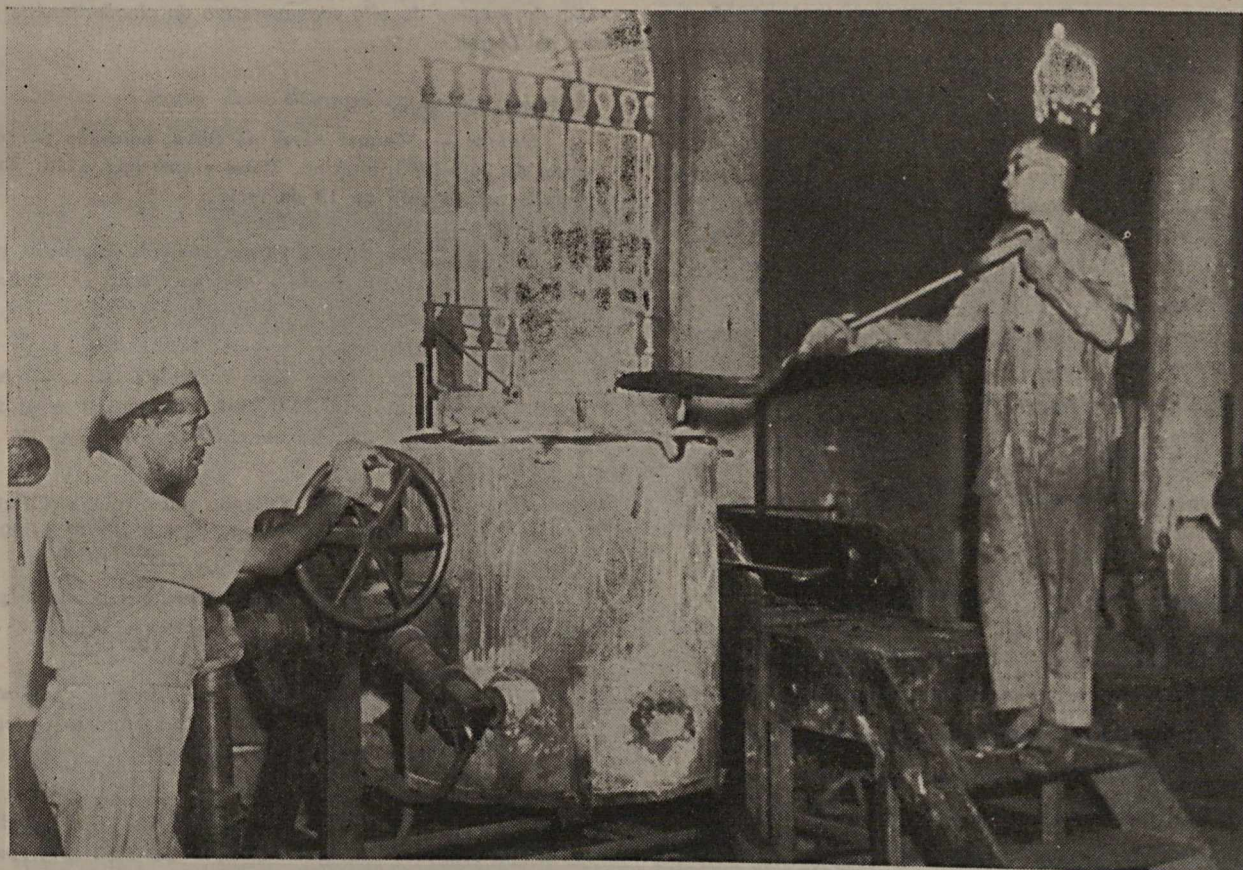
Por se achar João da Silveira Caldeira noutra comissão, pela resolução de 14 de agosto de 1830 foi designado para servir interinamente no cargo de Provedor o escrivão da receita e despesa José Joaquim da Costa, dispensado em 14 de janeiro de 1831.

1831 — 1850

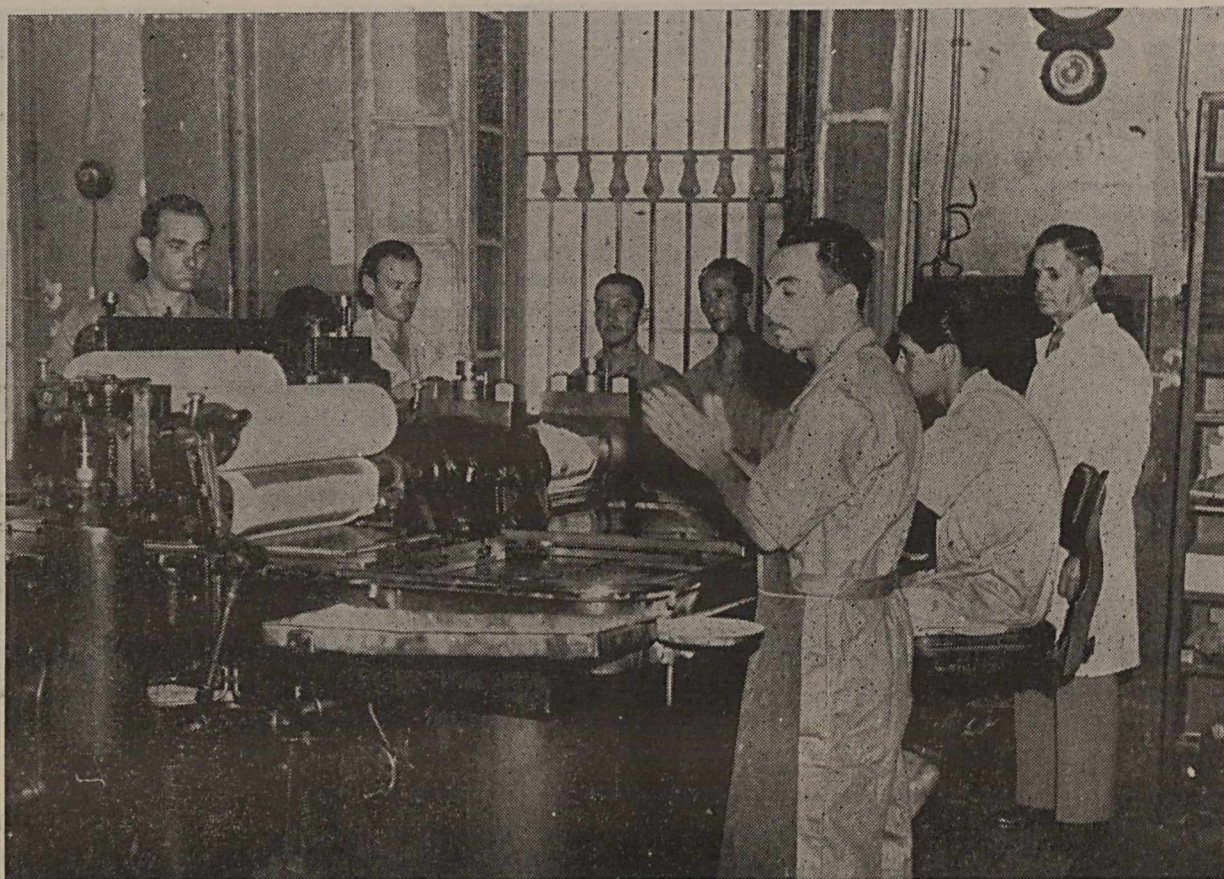
Provedor — João Camilo Valdetaro, 2.º escriturário do Tesouro nomeado pela portaria de 14 de janeiro de 1831. Exerceu o cargo até 1850.

1850 — 1878

Provedor e depois Diretor — Dr. Cândido de Azevedo Coutinho, nomeado por Decreto de 31 de agosto de



Um forno a óleo da Oficina de Fundição.



Máquinas de talho doce da Oficina de Impressão, por ocasião do preparo do selo comemorativo do cinquentenário da Academia Brasileira de Letras.

1850. Posse a 6 de setembro. Exerceu o cargo até falecer, a 5 de janeiro de 1878. Foi por várias vezes — em agosto de 1864, março de 1867, maio a novembro de 1874, outubro a novembro de 1876, dezembro de 1876, janeiro de 1878 — substituído em seus impedimentos por Máximo Inocêncio Furtado de Mendonça.

1878 — 1889

Diretor — Dr. Bento José Ribeiro Sobragy, nomeado por decreto de 19 de janeiro de 1878. Posse a 21 do mesmo mês. Aposentado por Decreto de 14-12-89.

1889 — 1889

Diretor — Dr. Antônio Ennes de Sousa, nomeado interinamente por portaria de 22 de junho de 1889. Posse a 25, exercício a 26. Exonerado por portaria n.º 18, de setembro do mesmo ano.

1889 — 1889

Diretor — Dr. Ernesto Augusto Lassance Cunha (Engenheiro), designado por portaria de 19-9-89 — Juramento posse e exercício na mesma data. Exonerado por portaria de 19-11 do mesmo ano.

1889 — 1900

Diretor — Antônio Ennes de Sousa, nomeado interinamente por portaria de 20-11-89. Posse e exercício a 3 de dezembro. Por decreto de 14-12-89 nomeado diretor efetivo. Exonerado por decreto de 26-3-1900.

1900 — 1900

Diretor — Manuel Alves da Silva, nomeado por decreto de 26-3-1900, interino. Posse e exercício, a 28. Exonerado por decreto de 15 de maio.

1-900 — 1901

Diretor — Dr. Elísio Firmo Martins, nomeado por decreto de 15-5-1900. Posse e exercício, a 15 e 16. Exonerado eb 21-8-901.

1901 — 1910

Diretor — Dr. Pedro Luís Soares de Sousa — Nomeado por Decreto de 20-8-1901. Compromisso a 22, posse e exercício a 23. Exonerado por decreto de 14 de dezembro de 1910.

1901 — Adolfo José Conrado substituiu o Diretor efetivo de 30-3 até 17-6 de 1901, e de 6-9 a 11-4 de 902.

1910 — 1911

Diretor — Dr. Alfredo Jaques Ourique, nomeado por Decreto de 14-12-19. Compromisso e posse a 16.

1911 — 1913

Diretor — Dr. Honório Hermeto Correia da Costa, nomeado por Decreto de 27-5-911. Compromisso e posse a 29.

1913 — 1913

Diretor — Dr. João Batista de Almeida (Eng.º Civil), nomeado interinamente por portaria de 22-3-1913 para exercer o cargo durante o impedimento do diretor efetivo.

1913 — 1916

Diretor — Dr. Antônio Ennes de Sousa, nomeado por Decreto de 14-5-915. Posse e exercício no mesmo dia. Exonerado a 10-1-916.

1916 — 1922

Diretor — Dr. Luís Adolfo Correia da Costa, nomeado por Decreto de 12-1-1916. Posse e exercício na mesma data. Aposentado por Decreto de 5-8-22.

1922 — 1931

Diretor — Honório Hermeto Correia da Costa, nomeado por Decreto de 22-6-22, para exercer o cargo interinamente. Posse e exercício em 3 de julho.

Por decreto de 5-8-22 foi nomeado Diretor em Comissão. Posse e exercício a 7 do mesmo mês e ano. Exonerado por Decreto de 12-2-1931.

1931 — 1938.

Diretor — Mansueto Bernardi, nomeado para exercer o cargo em comissão por Decreto de 25-3-931. Exonerado em 17-5-938.

1938 — 1941

Diretor — Dr. Josué Serôa da Mota, nomeado em comissão por Decreto de 17-5-938. Posse na mesma data. Exonerado por Decreto de 13-6-941.

1941 — 1944.

Diretor — Caio Marques de Sousa, nomeado em comissão por Decreto de 18-6-1941. Posse e exercício em 19-6-941. Exonerado em agosto de 1944.

1944

Diretor — Major Zeno Marques de Sousa Zielinsky, nomeado por Decreto de 3-8-1944.

1946

Diretor — Filinto Eptácio Maia, nomeado por decreto de 2 de setembro de 1946".

* * *

Outro documento curioso é o que nos dá notícia da cunhagem, na Casa da Moeda, dos botões do uniforme do sr. D. Pedro Carlos. Trata-se de um ofício firmado pelo Secretário de Estado de Negócios do Brasil, D. Fernando José de Portugal, dirigido ao então provedor do referido estabelecimento, sr. José da Costa Matos. E' do seguinte teor o documento em apêço.

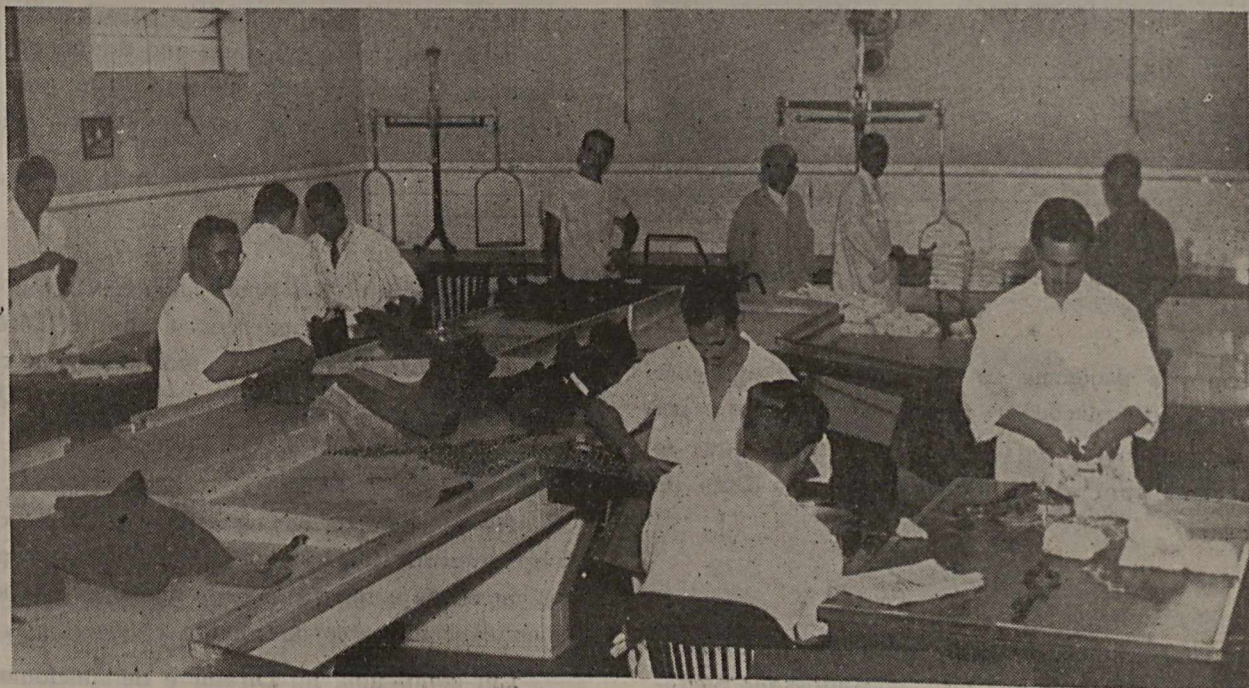
"O Príncipe Regente Nosso Senhor ordena que Vossa Mercê mande cunhar nessa Casa da Moeda os botões para o uniforme do Sereníssimo Senhor Infante Almirante General D. Pedro Carlos. Deus guarde a Vossa Mercê.

Passo, em 24 de Novembro de 1808.

(a) D. Fernando José de Portugal".

Como se vê pela data, a família real havia chegado há pouco tempo ao Brasil, e já a Casa da Moeda se desincumbia de tão honrosa missão...

Há ainda vários documentos mandando dar "de acôrdo com o costume", uma barra de ouro aos visitantes diplomatas. Outro mandando "re-



A Seção Fiscal de metais, setor de contagem e embalagem das moedas.

constituir a tradição" de serem dadas as primeiras moedas de ouro cunhadas no ano ao Santíssimo Sacramento, por ocasião da Procissão do Corpo de Deus.

Todos esses documentos, avisos, cartas ríguas, etc. se acham compendiados em 23 livros de registo cuidadosamente encadernados, e que constituem, sem dúvida, um dos mais completos repositórios de fatos essenciais da História do Brasil. Páginas, às vezes, ilegíveis, desafiando a ar-



Um detalhe da contagem mecânica de moedas.

gúcia e a paciência de historiadores e analistas, contêm informações as mais diversas sobre o período colonial, sobre o Império, em tudo o que se relaciona com as atividades básicas da Casa da Moeda.

* * *

Uma tradição da Casa da Moeda era a oferta anual que se costumava fazer ao Santíssimo Sacramento, das primeiras moedas cunhadas no ano.

Não se tratava de simples costume. Lá está no Regimento de 1687 da Casa da Moeda de Lisboa mandado aplicar à Casa da Moeda do Brasil pelo Rei D. Pedro II. de Portugal :

"Cap. 1 — Hey por bem, & mando que se conserve o louvável estilo da Casa da Moeda na offerta annual que à custa dos Moedeiros que na mesma Casa se armão, se faz em toda a Moeda Nova daquele anno, ao Santíssimo Sacramento na solene Procissão do Corpo de Deus, & que assim se continue de minha Fazenda com vinte & quatro mil réis, que todos os annos se offerecem a Nossa Senhora da Conceição Padroeira deste Reyno em o dia de sua festa na minha Capella Real".

A tradição inspirava-se, desse modo, em dispositivo regimental. Por muito tempo foi adotada religiosamente.

* * *

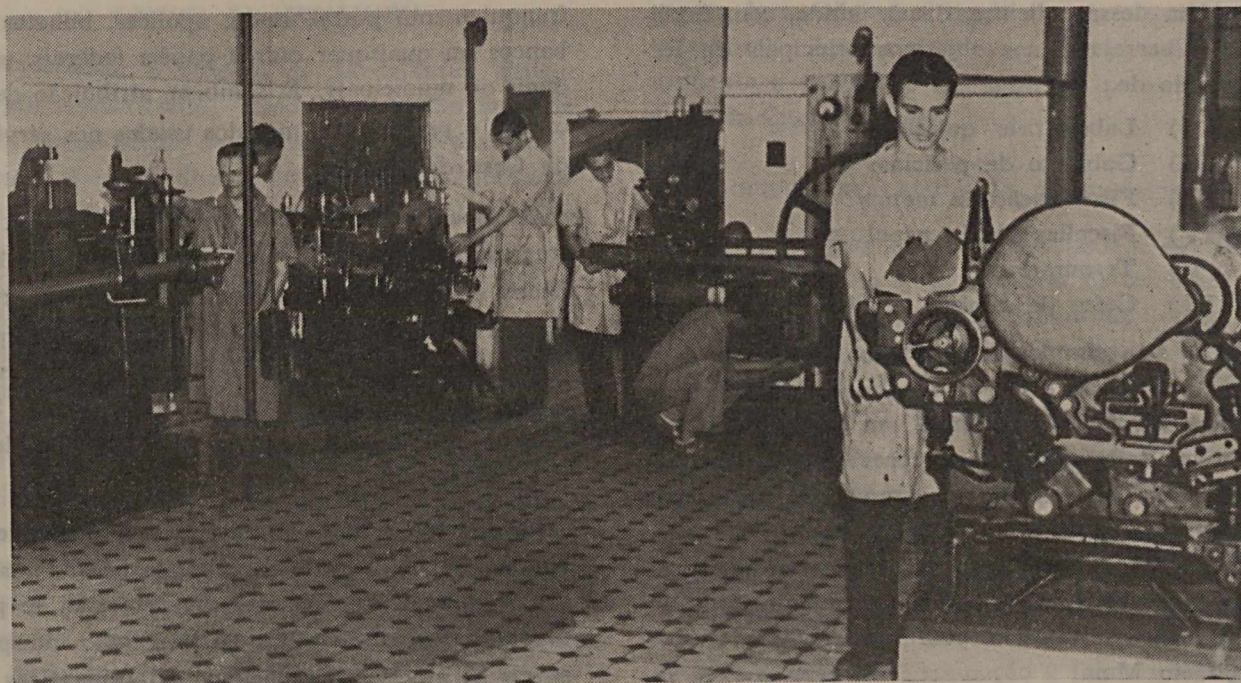
Não conseguimos encontrar, no documentário daquela repartição, a Carta Régia relativa à oficialização do culto de Nossa Senhora de Santana, padroeira da Casa. Dúvida não há, porém, de que esse culto por igual se fundamentava em princípio de lei. O tempo se incumbiu de prestigiar a presença espiritual da Santa no coração dos funcionários. Atua'mente, no salão de honra da séde da instituição há uma pequena capela em louvor da padroeira. Também em diferentes lugares, inclusive no ângulo da escadaria que conduz ao Gabinete do Diretor, há imagens em bronze de N.S. de Santana feitas nas oficinas da própria Casa.

II

Após o exame das notas históricas acima referidas, voltámos a conferenciar com o Diretor Filinto Eptácio Maia. Estávamos satisfeitos com as informações prestadas pelo prof. Silveira. Queríamos, agora, conhecer, em detalhes, a Casa da Moeda dos nossos dias.

Novas surpresas nos aguardavam. Iamos descobrir uma instituição modelar sobre vários aspectos, capaz de competir com os melhores estabelecimentos congêneres do mundo civilizado.

Em companhia do Diretor e de funcionários da Casa percorremos quase tôdas as oficinas e



A Oficina de Medalharia, onde se vêem os pantógrafos em funcionamento

secções várias em que se divide a repartição. Da observação direta e das informações que nos foram prestadas, verbalmente e por escrito, coligimos as seguintes notas:

FINALIDADE DA CASA DA MOEDA

A Casa da Moeda se inclui entre as principais repartições industriais do Estado, não só pela importância e complexidade dos seus encargos, como pelo volume crescente de sua produção. O campo de suas atividades é enorme. Pode ser assim resumido:

I — preparar e imprimir cédulas, letras de câmbio, notas promissórias, papel selado, cheques, selos, apólices, e quaisquer outros valores;

II — Preparar e cunhar moedas e medalhas; e

III — fiscalizar o ouro, os metais preciosos e as pedras finas no território do país por determinação do Governo.

Além dessas incumbências específicas ainda poderá executar, para fins industriais, "trabalhos relacionados com as artes da grafia, da gravura, da escultura e outras", assim como perícias e análises para particulares.

Para a efetiva realização de todos esses encargos dispõe a C.M. de 21 órgãos sendo: 11 grandes oficinas, 3 órgãos de fiscalização, 2 órgãos técnicos especializados e 5 administrativos. Todos funcionam em regime de estreita colaboração, como peças ajustadas de uma mesma unidade. Se não se pode considerar perfeita a estrutura orgânica do estabelecimento, pelo menos é indiscutível a sua eficiência, fruto da disciplina, da boa vontade e do "esprit des corps" de seus funcionários técnicos e burocráticos.

DOS ÓRGÃOS TÉCNICOS

Para atender à parte específica, ou seja, às suas finalidades, dispõe o estabelecimento das seguintes oficinas:

- I) Oficina de impressão.
- II) Oficina de medalharia.
- III) Oficina de ligas monetárias.
- IV) Oficina de laminação e cunhagem.
- V) Oficina de afinação de metais.
- VI) Oficina de fundição artística.
- VII) Oficina mecânica.
- VIII) Oficina de galvanização e eletrotipia.
- IX) Oficina de gravura.
- X) Oficina de obras e reparos.
- IX) Oficina de força ou de eletricidade.

Além dessas oficinas, dispõe ainda, com finalidades correlatas aos objetivos principais da Repartição de :

- I) Laboratório químico.
- II) Gabinete de perícias.
- III) Fiscalização de metais.
- IV) Fiscalização do papel.
- V) Tesouraria.
- VI) Cofre de cunhos e galvanos.

Por essa simples enumeração já se pode avaliar a extensão e o volume das atividades específicas da C.M. Vejamos, em síntese, em que consiste cada um destes setores de trabalho, servidos por especialistas de grande mérito, nomes que recomendam a tradição e o conceito do estabelecimento. Para êsse esclarecimento indispensável servimo-nos do processo de entrevista direta, por questionário, com o engenheiro Filinto Epitácio Maia.

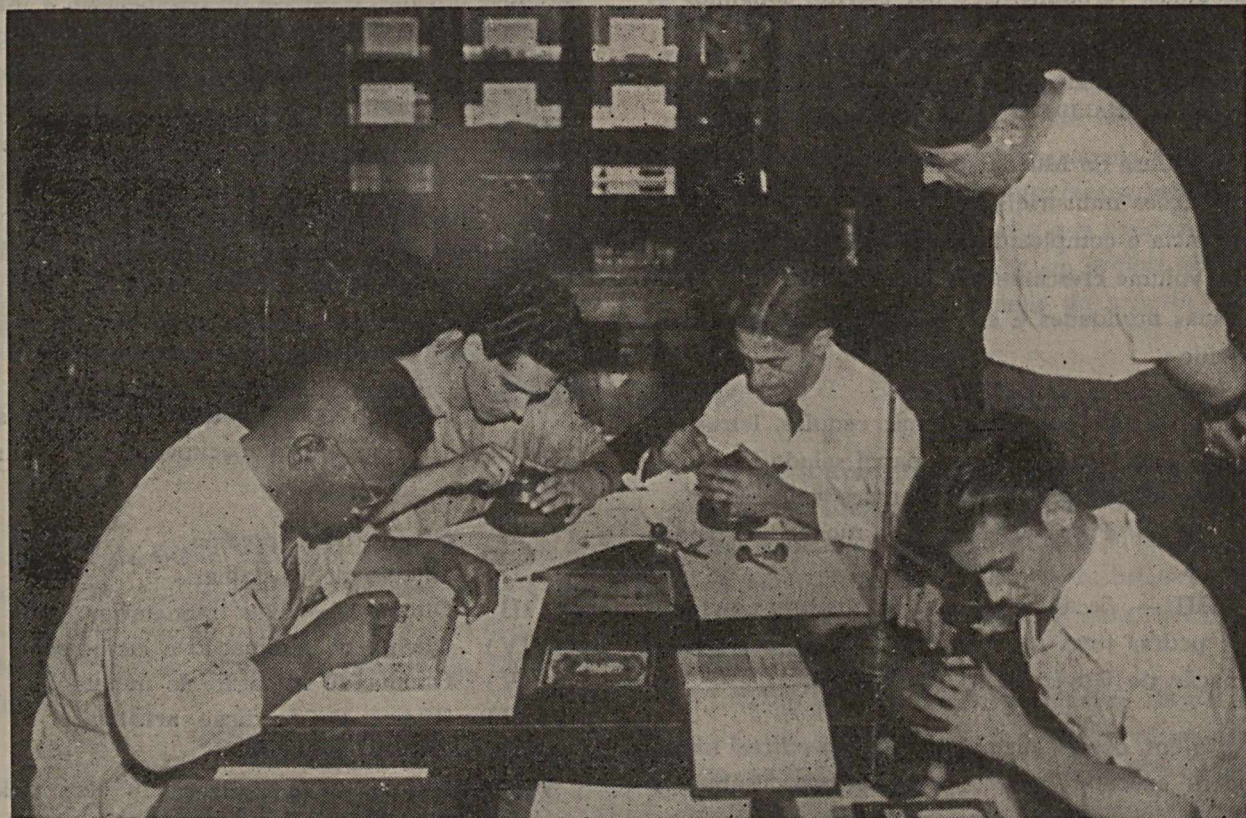
OFICINA DE IMPRESSÃO

“Destina-se a Oficina de Impressão ao preparo e execução dos trabalhos de selos, de fórmulas de

franquiamento postal, notas, apólices, bilhetes de bancos ou quaisquer outros papéis federais, estaduais ou municipais. É, também, atribuição dessa oficina o preparo dos modelos usados nos serviços da Casa da Moeda.

O processo de trabalho usado na Oficina de Impressão, de acordo com suas atuais possibilidades, é eficiente. Existe mesmo vantagem extraordinária na manutenção dos atuais princípios básicos de que se serve a Oficina de Impressão e que estão a cargo da Oficina de Gravura. São os processos litográficos, de gravura em talho-doce, xilográficos, etc.”.

Chamamos a atenção dos leitores para o coeficiente de produção mensal dessa oficina : seiscientos milhões de fórmulas diversas. Ali se preparam todos os trabalhos de impressão indispensáveis às atividades específicas e burocráticas da Casa. Servida por uma equipe de especialistas das mais evoluídas, a Oficina de Impressão é um dos pontos altos do tradicional estabelecimento do Campo de Santana.



Os gravadores da Casa da Moeda na execução dos seus trabalhos

OFICINA DE MEDALHARIA

"Destina-se a Oficina de Medalharia, antigamente, considerada, como no regulamento de 1932, uma Seção da Oficina de Gravura, denominada Seção de Ourivesaria e Gravura Mecânica, aos trabalhos de gravura mecânica, cunhagem de medalhas e aos acabamentos de ourives.

O trabalho dessa oficina se recomenda em todos os seus aspectos e poderíamos dizer que não conhecemos competidores em todo o país que possam realizar com a mesma perfeição serviços dessa natureza.

Para a completa montagem dessa oficina bastaria a aquisição de máquina que permitisse realizar trabalhos com esmalte, aliás, de pequeno custo. Com essa máquina e alguns outros pequenos dispositivos a Oficina de Medalharia estaria em condições de atender não só a cunhagem de medalhas como, também, ao preparo de condecorações concedidas pelo Governo".

Sobre a aquisição da máquina em aprêço já está o atual Diretor empenhado em remover todos os obstáculos porventura ocorrentes, para dotar a Oficina de Medalharia de um aparelhamento à altura da sua finalidade e importância. Trata-se, sem dúvida, de um dos setores essenciais em qualquer estabelecimento similar dos mais adiantados países. A sua "autonomia", na C.M. somente será legalizada com a aprovação do novo regimento, já em estudos. Sem embargo, pela qualidade dos trabalhos que tem realizado merece a Medalharia os nossos aplausos irrestritos. É uma oficina líder, no gênero. Um eloqüente atestado de nossa capacidade técnica.

OFICINA DE LIGAS MONETÁRIAS

"Destina-se a fundir e ligar os metais para cunhagem de moedas e medalhas e bem assim, apurar as escovilhas e terras recebidas da Oficina de Laminação e Cunhagem".

O equipamento da Oficina de Ligas Monetárias, (melhor seria denominá-la, de acordo com suas atribuições, Oficina de Fundição), não é novo. Consiste esse equipamento, em dois fornos rotativos "Detroit" de regulação manual de eletrodos, um forno "Brow Boverly" com regulação automática e um outro forno a óleo.

A vista do aprimoramento técnico dos serviços relativos à fundição e liga dos metais referidos, a atual administração estuda um plano de reajusta-

mento dessa Oficina, a fim de que ela possa render o máximo. Apesar disso, vem desempenhando a contento a parte que lhe cabe no funcionamento total da Casa da Moeda.

OFICINA DE LAMINAÇÃO E CUNHAGEM

"As atribuições dessa oficina podem ser resumidas como sendo as de executar os trabalhos de amaciamento, recozimento, laminação, corte de discos, branquiamento de discos, orla de discos e cunhagem de moedas.

As condições de trabalho que dizem respeito ao ambiente e local são satisfatórias".

É de causar admiração, no entanto, o índice de produção dessa Oficina. O equipamento revela uma conservação que poderíamos qualificar de excelente. Contando com o trabalho de homens experimentados e cômicos de sua responsabilidade, a Oficina de Laminação e Cunhagem apresenta máximos em tôdas as estatísticas da Casa.

OFICINA DE AFINAÇÃO DE METAIS

"Essa oficina destina-se a fundir e afinar metais preciosos e a apurar as perdas conseqüentes do seu trabalho. Pelo regulamento de 1932, fazia parte integrante da Oficina de Ligas Monetárias mas, atualmente, embora sob a mesma chefia, é uma oficina sem afinidade com a de fundição e preparo das ligas e inteiramente independente.

Técnicamente, parece-nos a mais perfeita oficina em trabalho, embora o seu equipamento, a nosso ver, possa ser melhorado quanto a fornos".

Essa oficina lembra uma solução já adotada em grandes países, como a Inglaterra, isto é, a do Contraste de Metais Preciosos que daria ao Governo do Brasil um controle sobre esses metais e uma apreciável renda extraordinária.

Trabalha, atualmente, a Oficina de Afinação de Metais quase exclusivamente para o Banco do Brasil. É provável que em futuro não muito distante venha a ser a chave da solução definitiva do controle, por parte do Governo, dos metais preciosos, o que resultará, como é fácil de se prever, num progressivo aumento da Receita Extraordinária da União.

OFICINA DE FUNDIÇÃO ARTÍSTICA

"As finalidades principais dessa oficina são as de modelagem e fundição de peças necessárias aos

serviços de consertos de máquinas e equipamentos. Com finalidades secundárias, as de modelagem, fundição e cinzelamento de obras de arte. O equipamento se encontra em perfeito estado de conservação. A capacidade de produção da oficina satisfaz às exigências da Casa da Moeda, entretanto, a revisão do equipamento com a consequente ampliação da oficina, no sentido de uma exploração industrial direta, seria um problema fácil e de grandes possibilidades de renda para o Governo”.

As obras de arte executadas por esta Oficina são oficialmente conhecidas e recomendariam qualquer estabelecimento especializado. Muitas delas fazem parte de preciosas coleções de inestimável preço, tanto de instituições oficiais como de particulares. Servida por uma turma selecionada de notáveis mestres na arte, é ela, sem dúvida, um dos postos avançados da C.M., fator preponderante do desenvolvimento artístico do país, no âmbito de suas atribuições.

OFICINA MECÂNICA

“As atribuições e competência dessa oficina podem ser enumeradas como sendo as de ajuste e montagem das máquinas; as de conservação e consertos dos equipamentos existentes; as de preparo de cunhos e virolas para a cunhagem de moedas e medalhas; as de fabricação de ferramentas, aparelhos e utensílios; as de aferição dos pesos e balanças do Estabelecimento; as de conservação de motores; as de reparo e conservação dos automóveis da Repartição.

Com essas atribuições é fácil concluir-se ser a Oficina Mecânica a chave principal do sistema de oficinas da Casa de Moeda. Sua finalidade é manter em funcionamento todas as demais oficinas”.

Em síntese: é o coração da Casa. Sem ela não é possível manter-se o equilíbrio funcional do organismo. Presta assistência direta a todas as demais oficinas e ainda se desincumbe de atividades próprias, tais como as de preparação de cunhos e virolas. Entre os seus técnicos há homens de notável experiência, verdadeiro patrimônio da Instituição.

OFICINA DE GALVANOPLASTIA E ELETROTIPIA

“Destina-se a reproduzir, por meio de galvanoplastia ou eletrotipia, as gravuras e modelos

destinados à impressão de valores e à cunhagem de moedas e medalhas, bem como a fundir e ligar os metais necessários à fabricação de galvanos”.

O equipamento existente é o comumente conhecido nas oficinas desse tipo, existentes no Brasil. A técnica conhecida na Casa da Moeda e desenvolvida pela oficina é superiormente executada quando se trata da fabricação de galvanos para a impressão de valores.

Os processos em aprêço representam já uma conquista da técnica e da ciência modernas, no tocante à reprodução de gravuras e modelos relativos à impressão de valores e à cunhagem de moedas. É preciso acentuar que a C.M., por intermédio dos seus especialistas, acompanha *pari-passu* o desenvolvimento dessas atividades em todo o mundo. E se não pode adotar ainda os melhores processos ou métodos de trabalho, em determinados casos, não será por deficiência de conhecimento de seus homens.

A OFICINA DE GRAVURA

A Oficina de Gravura é uma das dependências mais importantes da Casa da Moeda. Compete-lhe executar os desenhos indispensáveis à gravura de moedas, medalhas, notas, selos, apólices e fórmulas diversas. Além disso, cabe-lhe ainda a delicada tarefa de confeccionar a modelagem em gesso para fabricação de galvanos ou fundição artística, bem como os serviços de gravura em talho forte, talho doce, xilográfica, litográfica, química e mecânica, necessários à fabricação de cunhos, galvanos, etc., para a cunhagem de moedas, impressão de notas e selos. Ali não só se concebem os desenhos, mas se preparam, por igual, as matrizes de todos os valores executados pela Casa da Moeda.

Para esses diferentes trabalhos, todos de primorosa técnica, conta a Oficina com uma excelente equipe de técnicos. Homens experimentados em trabalhos de precisão, se assim podem ser chamados os que ali se realizam. Apesar do espaço reduzido em que se acha instalada, há, em todas as seções, a mais perfeita ordem.

Na Gravura executam-se, ainda, trabalhos particulares, tais como bustos, placas, escudos e medalhas. A Oficina é dirigida pelo técnico Leopoldo Alves Campos, um dos medalhistas mais competentes do país.

Para se ter uma idéia da qualidade do trabalho desse importante setor da Casa da Moeda, damos a seguir uma relação de todos os mestres de sua equipe especializada premiados em exposições de arte dentro e fora do estabelecimento :

Relação dos funcionários da Oficina de Gravura com os respectivos títulos :

Leopoldo Alves Campos

Menção honrosa de 1.º grau	1916
Pequena medalha de prata	1917
Grande medalha de prata	1918
Prêmio de viagem	1920
Pequena medalha de ouro	1926

Hermínio José Pereira

Menção honrosa de 1.º grau	1914
Medalha de bronze	1915
Pequena medalha de prata	1919
Grande medalha de prata	1922

Mário Doglio

Menção honrosa	1928
Medalha de bronze	1929
Medalha de prata	1933

Oscar Pedro Borges

Medalha de bronze	1941
Medalha de prata	1942

Aderval Mariano Barbosa

Medalha de bronze	1941
Medalha de prata	1942

Basílio Francisco Nunes

Menção honrosa de 2.º grau	1924
Menção honrosa de 2.º grau	1925
Medalha de bronze	1927
Medalha de prata	1942

Virgílio Francisco da Silva Filho

Menção honrosa	1927
Medalha de bronze	1937
Menção honrosa	1941

Euclides de Melo Baracho

Menção honrosa 2.º grau	1922
Engenheiro Arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes. Cursos completos de Engenharia Civil e Eletricista.	

Valter Rodrigues Toledo

Menção honrosa 1.º grau	1926
Medalha de bronze	1927
Medalha de prata	1929

Engenheiro Arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes.

Rubio Gonçalves Pinto

Menção honrosa	1941
----------------------	------

Moacir Roque Pinheiro

Menção honrosa	1942
----------------------	------

José Ribeiro de Sousa

Medalha de bronze do Curso de Pintura da Escola Nacional de Belas Artes	1944
---	------

Bernardino da Silva Lanceta

Menção honrosa	1941
Medalha de bronze	1942

Adolfo Augusto Hungerbühler

Menção honrosa 2.º grau	1928
Menção honrosa 1.º lugar	1929
Medalha de bronze	1930
Medalha de bronze	1934
Medalha de prata	1935

Valter Borges de Freitas

Título de habilitação

Orlando Moutinho Maia

Menção honrosa	1933
Medalha de bronze	1934
Medalha de prata	1935

Título de habilitação

Benedito de Araújo Ribeiro

Menção honrosa	1933
Medalha de bronze	1934
Medalha de prata	1935
1.º lugar (Concurso de desenho para medalha de Educação Física).	

Moacir Fernandes Rolim

Menção honrosa	1934
Medalha de bronze	1936

Adelauto de Faria

Título de habilitação

Rubem Alves da Silva

Menção honrosa	1934
Medalha de bronze	1940
Medalha de prata	1941

João Leoni

Menção honrosa	1935
----------------------	------

José Rodrigues Silva

Curso Industrial da Escola Técnica Secundária Visconde de Cairú	1935
Menção honrosa	1942
Menção honrosa	1943
Medalha de bronze	1943

Arí Ribeiro do Vale

Menção honrosa	1935
----------------------	------

Contando com a experiência de tais funcionários, todos radicados à Casa, pode a Oficina

de Gravura subir no conceito de quantos acompanham os trabalhos gráficos ali confeccionados. Os estudos e gravuras sobre as moedas e selos do Brasil são classificados entre os mais perfeitos do mundo, pelo aprimoramento dos seus detalhes técnicos.

Na própria oficina funciona uma escola para a formação do pessoal que deverá continuar o trabalho dos atuais operários, verdadeiros artistas, no sentido lato do termo. Esta escola conta com uma matrícula promissora e uma frequência regular. Os aprendizes recebem aulas técnicas de caráter prático, especialmente de desenho e modelagem.

OFICINA DE OBRAS E REPAROS

“As atuais atribuições da Oficina de Obras e Reparos consistem em executar pequenas obras e reparos nos edifícios da Repartição, recuperar móveis e fabricá-los quando especiais, fabricar caixas e sacos para o acondicionamento de valores e luvas para os operários das diversas oficinas, zelar e providenciar quanto à instalação de água e o abastecimento da mesma para as oficinas. Fazer instalações internas que facilitem a execução de determinados trabalhos e de ordem superior.

Essa oficina tem, assim, uma carpintaria e marcenaria, uma parte referente a pinturas, uma turma de consertos, com pedreiros, etc. e uma parte referente a costura”.

Trata-se de uma Oficina auxiliar, mas de importância capital para o perfeito funcionamento de todas as outras. É o tipo clássico do órgão horizontal. Presta serviços direta ou indiretamente ao conjunto das oficinas, de modo constante e com notável eficiência.

OFICINA DE FÔRÇA OU DE ELETRICIDADE

“Essa oficina corresponde à de denominação existente no Regulamento de 1932 como de Eletricidade. Suas atribuições podem ser resumidas como sendo as de montagem, conservação e funcionamento das instalações, aparelhos e máquinas elétricas; as de aproveitamento, reparo e adaptação do material elétrico.

Essa oficina é semelhante a qualquer outra do mesmo gênero. Sua capacidade é limitada e des-

tina-se, exclusivamente, a atender aos serviços da Casa”.

Mais uma oficina tipicamente auxiliar. Sem embargo, o seu funcionamento normal é condição *sine qua non* para o do organismo total da C.M. Vê-se, assim, que cada setor da C.M. desempenha uma função indispensável ao perfeito equilíbrio do conjunto.

DOS ÓRGÃOS DE CONTRÔLE

Como vimos, além das oficinas dispõe a C.M. dos seguintes órgãos de controle, com finalidades correlatas aos objetivos principais da repartição: Laboratório Químico, Gabinete de Perícias, Fiscalização do Papel e Tesouraria e Cofre de Cunhos e Galvanos. Sem esse aparelhamento não seria possível à repartição exercer um controle indispensável nem a necessária fiscalização dos materiais de que se serve. E, diga-se de passagem, esses cinco órgãos representam um precioso instrumento de eficiência, pela sua alta qualidade técnica.

LABORATÓRIO QUÍMICO

O L.Q. cuida, essencialmente, do exame de moedas e das ligas usadas em sua confecção; examina, ainda, os papéis utilizados na fabricação de valores. Além desses encargos normais procede a todos os exames químicos que lhe são determinados por ordem superior. A instalação do L.Q. é boa. Possui uma preciosa coleção de balanças para a realização de seus trabalhos. Luta, é certo, com algumas dificuldades no tocante a pessoal especializado. A sua lotação é muito reduzida, de modo que só permite a efetivação dos trabalhos de rotina, sendo de se elogiar, todavia, a dedicação e o interesse do chefe e demais auxiliares, que tudo procuram fazer para suprir as falhas da lotação.

Uma visita mesmo rápida ao Laboratório deixa-nos a convicção de que a Casa da Moeda ainda tem diante de si um amplo programa de realizações. Pouco a pouco, porém, vai conseguindo aparelhar-se para enfrentar as suas responsabilidades presentes e futuras. O Laboratório será amanhã uma fonte de estudos e conquistas de mais elevado nível. Por enquanto, porém, apenas dá conta das necessidades internas da Casa, o que já representa um notável esforço dos seus homens.

GABINETE DE PERÍCIAS

Iniciemos com as seguintes palavras oficiais coligidas na mencionada entrevista com o atual Diretor: "Um dos mais completos e modernos equipamentos de que dispõe a Casa da Moeda é, sem dúvida alguma, o do Gabinete de Perícias. Esse instrumental parece-nos um dos melhores existentes na América do Sul.

Destina-se o Gabinete de Perícias aos exames, lavratura de laudos e pareceres sobre a autenticidade de moedas, notas do Tesouro e quaisquer outros valores. A responsabilidade de tal órgão, bem como suas atribuições representam assunto de interesse nacional".

Sem embargo, é oportuno ressaltar que a lotação atual do G.P. consiste em apenas oito servidores, incluindo-se o chefe e seus dois assistentes diretos. Isso, contudo, não impede que os pareceres e exames técnicos desse Gabinete sejam respeitados e considerados no mundo inteiro, tal o rigor com que são executados. É um dos setores da C.M. que mais nos enchem de orgulho, orgulho das nossas possibilidades em todos os ramos do conhecimento técnico-científico, orgulho da confiança no homem brasileiro.

FISCALIZAÇÃO DE METAIS

"O principal órgão de controle e verificação da produção de moedas é hoje denominado de Seção Fiscal de Metais. Suas incumbências são: receber discos preparados para a cunhagem e entregá-los, pelo controle de peso, para a Oficina de Laminagem e Cunhagem; receber as moedas cunhadas, de acordo com os discos entregues; contar, ensacar, pesar e determinar peso e valor, por espécie e por quantidade de mil moedas, registrando-os em cada saco; entregar os sacos sigilados a guarda da Tesouraria; manter o registro e controle da produção de moedas cunhadas. Além dessas atribuições compete à Fiscalização de Metais, assistir e fiscalizar serviços de afinação de ouro, desde o seu início até a fusão; proceder à titulação prévia das barras de ouro ou prata", marcando-as com um sinal convencional para confirmação pelo Laboratório Químico.

Como se vê, trata-se de um órgão misto de controle administrativo e técnico. A Fiscalização de Metais deverá ser grandemente desenvolvida,

"dando-se, através da mesma, os primeiros passos no sentido da criação de um serviço de *Contraste de Metais e de Pedras Preciosas*".

FISCALIZAÇÃO DO PAPEL

A Fiscalização do Papel corresponde à Seção Fiscal de Impressão, a que se refere o regimento de 1932. As suas atribuições podem ser assim especificadas: a) conferir e cancelar o papel em branco destinado à impressão de valores; b) proceder à escolha e conferência dos valores impressos, para efeito de sua entrega, devidamente sigilados, à Tesouraria; c) verificar, controlar e atestar o uso do papel fornecido à Imprensa Nacional; d) controlar e preparar os mapas de produção de selos e fórmulas; e) fazer recolher, para posterior inutilização, as chapas, gravuras, galvanos, etc. que se tiverem estragado e recolher os que não forem de aplicação imediata.

Trata-se, pois, de um órgão de puro controle administrativo. A sua eficiência tem sido sobejamente evidenciada através de uma atuação sistemática e coordenada. Conta com uma excelente turma de funcionários, todos dedicados à Casa e ao trabalho.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Sobre a Tesouraria e Cofre de Cunhos e Galvanos pouca coisa se poderá dizer. A Tesouraria tem a seu cargo a guarda dos valores, e o Cofre, das matrizes que serviram para o fabrico desses valores. Não oferecem característicos especiais, nem constituem, fora do âmbito limitado de suas atribuições, peças essenciais ao mecanismo da C.M.

Também a parte propriamente administrativa oferece reduzido interesse para a presente reportagem. São órgãos incumbidos dos problemas de administração geral da Casa, todos subordinados diretamente ao Diretor. São eles: a Secretaria, a Contadoria, a Seção do Material, a Portaria e a Biblioteca e Arquivo.

De um modo geral, porém, é excelente a impressão que nos deixou a Casa da Moeda. Ali estivemos várias vezes, ora visitando uma oficina ora um setor administrativo. Demoramos a nossa visita à Oficina de Gravura e ali colhemos dados preciosos, exemplos dignificantes de trabalho de técnica e de arte. Sente-se que aquela gente toda está presa a um ideal comum, simbolizado pela tradição da Casa.

Visitamos, também, o refeitório. Muita ordem, muita disciplina. O Diretor é um espírito realizador, dotado de apreciável força moral e de uma rara sensibilidade de administrador. Trata a todos de igual para igual. É agradável salientar-se que ali o subordinado não tem medo do chefe. Todos se compreendem e se estimam, dentro do respeito mútuo e do espírito de colaboração necessários à disciplina do trabalho.

III

Para finalizar, transcrevemos, a seguir, os processos de produção de moedas e selos, em tôdas as suas fases, e damos, em rápido esboço, alguns quadros estatísticos referentes ao volume da produção de valores.

Vale salientar que os métodos técnicos usados na Casa da Moeda são de uso corrente em todos os estabelecimentos congêneres. Atualmente já se adotam medidas para a instalação de processo "offset" em trabalhos auxiliares na Oficina de Impressão, o que virá aumentar sensivelmente a sua capacidade de produção.

A atual administração não tem poupado esforço para dar à repartição o rendimento máximo, em qualidade e quantidade.

A PRODUÇÃO DE MOEDAS

"As moedas do Brasil são consequência do Decreto-lei n.º 4.791, de 5 de outubro de 1942.

O sistema atual de produção de moedas pode ser resumido da seguinte maneira:

I — Determinação da Liga Monetária.

A liga atualmente em uso apresenta-se com seguinte composição:

- 90 % de cobre
- 8 % de alumínio
- 2 % de zinco.

II — Fundição

A Fundição, ou seja, o preparo da liga, é executada em fornos elétricos do seguinte modo:

introdução preliminar do Cobre, adição do Alumínio, imediatamente após a fusão do Cobre e em seguida adição do Zinco.

III — Ligado

A liga resultante do Cu, Al, Zn em estado de fusão é recebida em *rilheiras* apropriadas, o resfriamento é rápido e a abertura das *rilheiras* (fôrmas) dá em consequência as lâminas da Liga desejada.

IV — Tratamento das Lâminas

As lâminas obtidas da Fundição depois de aplainadas e retiradas as rebarbas que apresentam são recozidas e levadas aos *laminadores*. Estas máquinas preparam as lâminas para a espessura das moedas e aplainam definitivamente as mesmas.

V — Preparo de Discos

As lâminas, saindo dos laminadores, vão aos cortadores de discos que, de acordo com as suas matrizes, mutáveis, cortam discos correspondentes às moedas de Cr\$ 0,10, Cr\$ 0,20, Cr\$ 0,50, Cr\$ 1,00 e Cr\$ 2,00. Os discos cortados são recozidos novamente e depois enviados para um tratamento especial denominado "branqueio" feito na base de cianeto de potássio ou de nitrato de sódio.

Após o branqueio sofrem os discos uma operação de escolha refugando-se os que apresentam defeitos. Os discos escolhidos vão às máquinas de orlar que se encarregam do polimento dos mesmos.

VI — Preparo de moedas

Os discos prontos, por dimensões, são entregues às máquinas denominadas Prensas de Cunhar que os transformam em moedas. O controle de produção é feito por fiscalização direta, quando da entrega dos discos prontos e do recebimento de moedas. As máquinas de cunhar trabalham na base de *cunhos* de Aço. Esses *cunhos*, em número de dois, se denominam *cunho averso* e *reverso*. Nos *cunhos* estão gravadas as indicações correspondentes às efígies conforme as disposições do Decreto-lei que determina o lançamento da Moeda".

PRODUÇÃO DE SELOS E FÓRMULAS DIVERSAS

"A produção de Selos e Fórmulas da Casa da Moeda pode ser classificada do seguinte modo

- a) Produção de Selos de Consumo;
- b) Produção de Selos Adesivos;
- c) Produção de Selos Postais;
- d) Produção de Selos Especiais (Papel Selado, Selos Estaduais e Municipais);
- e) Produção de Cintas de Consumo Nacionais e Estrangeiras.
- f) Produção de Fórmulas Especiais, Apólices, Títulos diversos, etc.

O processo de fabricação obedece ao seguinte plano:

- I — Gravura — Nesta Oficina são preparados os desenhos depois de estudados os motivos que

devam ser utilizados nas moedas, medalhas, selos e fórmulas. Com esses desenhos preparados são então feitas as gravuras definitivas que podem obedecer aos seguintes ramos das artes gráficas:

Litogravura
Xilogravura
Talho doce
Talho torte
Gravura química
Fotogravura
Zincogravura.

II — *Preparo de matrizes* — Com os trabalhos de gravura terminados as matrizes são feitas pelo processo de Galvanoplastia e Eletrotipia ou por processo mecânico direto. Dêste último caso a gravura obtida é reproduzida em um cilindro que em máquina apropriada transporta a mesma para as matrizes de impressão.

III — *Impressão* — Na base das matrizes são preparadas as impressões, em máquinas impressoras apropriadas, com as cores que se desejam.

IV — *Gomagem* — Os impressos obtidos, quando for o caso, são levados à máquina de gomagem que se encarrega da colocação da goma no anverso das Estampas e da secagem das mesmas.

V — *Picotagem* — Os impressos assim tratados são levados às máquinas de picotagem que, depois de ajustados aos tamanhos e dimensões das estampas, estabelecem as perfurações que permitem o seccionamento das fórmulas.

VI — *Grampeagem* — As estampas obtidas são grampeadas para maior facilidade de embalagem.

VII — *Contagem e fiscalização* — A Fiscalização se exerce por contagem antes e depois do processo de Fabricação. O papel principal em que se deve fazer a impressão é previamente determinado e contado, bem como assinalado, o número de folhas. Terminado o ciclo de produção, as estampas são contadas, verificadas as estampas inutilizadas e quaisquer sobras do papel entregue, devendo as operações iniciais e finais serem rigorosamente iguais".

ALGUNS DADOS INTERESSANTES

Para se ter uma idéia da eficiência técnica das diferentes oficinas da Casa da Moeda, basta considerar o seguinte mapa de produção:

Período	N.º de moedas	Valor
1931-1934	17.007.284	6.514.498,80
1935-1938	77.627.600	47.711.703,50
1939-1942	129.481.500	57.066.800,00
1943-1946	416.818.500	264.536.100,00
	640.934.884	375.829.102,30

Não se pode emprestar a êste mapa um alto valor estatístico, tendo-se em vista que a produção de moeda depende de uma série de fatores e oscila segundo as contingências da vida econômica da nação. Todavia, bem revela o acréscimo da produção quantitativa da moeda, de 1931 a 1946.

A produção anual, no período de 1930-1946 (parte, apenas, de 1946) foi a seguinte:

Anos	N.º de moedas	Valor em Cr\$
1930	6.557.000	3.589.600,00
31	6.526.500	2.481.200,00
32	5.106.784	2.332.698,80
33	1.487.000	166.000,00
34	5.164.000	2.359.800,00
35	7.279.100	5.107.003,50
36	14.510.500	13.678.900,00
37	24.124.500	8.517.100,00
38	31.713.500	20.410.700,00
39	37.644.500	18.447.700,00
1940	34.860.000	16.623.200,00
41	24.965.000	9.061.300,00
42	32.012.000	12.934.600,00
43	40.347.500	15.986.800,00
44	43.542.000	18.327.300,00
45	212.466.000	124.736.800,00
1946	120.463.000	105.485.200,00

Para melhor se evidenciar o trabalho das principais Oficinas daquele estabelecimento, vale ressaltar a produção média, diária, de algumas delas. É o que demonstra a relação abaixo:

Oficina de Fundição — média diária de produção: 4.800 quilos de metal fundido ou liga preparada;

Oficina de Laminação e Cunhagem — média diária de produção: 4½ ton. de metal laminado e 430.000 moedas.

Oficina de Impressão — média mensal de produção: 600.000.000 de fórmulas impressas.

Por êstes dados bem se pode avaliar a regularidade e o desenvolvimento da produção da Casa da Moeda. E é preciso ressaltar que paralelamente à quantidade se observa a constante melhoria da qualidade, em todos os trabalhos efetivados por êsse estabelecimento, onde os métodos e a técnica cada vez mais se aperfeiçoam.